



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Ficha de unidade curricular

Curso de Mestrado em Direito e Prática Jurídica

Unidade curricular

Justiça Constitucional, 2023-24

Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular

Vitalino Canas, 2 horas por semana

Outros docentes e respetivas cargas letivas na unidade curricular

Não aplicável

Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes)

Pretende-se estruturar o conhecimento teórico do tema da Justiça Constitucional, focando, também a evolução histórica e os sistemas comparados, para depois preparar os alunos para o processo constitucional, estudando os princípios, os tipos de processos, a tramitação própria e os efeitos das decisões do Tribunal Constitucional.

Conteúdos programáticos

- I. Conceitos básicos da justiça constitucional.
- II. Evolução histórica da justiça constitucional no estrangeiro e em Portugal.
- III. Os modelos clássicos de justiça constitucional, a tendência do hibridismo e da *crossfertilization* e a formação do modelo integral ou total.
- IV. O sistema português de justiça constitucional como instanciação do modelo integral.
 - a. Os órgãos com competências no domínio da fiscalização da constitucionalidade.

Em especial, o Tribunal Constitucional: composição e competências
 - b. Os processos de fiscalização da constitucionalidade
 - i. A fiscalização abstrata preventiva

Análise de *leading case*
 - ii. A fiscalização abstrata sucessiva

Análise de *leading case*
 - iii. A fiscalização concreta

Análise de *leading case*
 - iv. Breve menção à fiscalização da inconstitucionalidade por omissão



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

V. Os princípios processuais

VI. A marcha do processo

- a. Fiscalização preventiva
- b. Fiscalização sucessiva abstrata
- c. Fiscalização sucessiva concreta

VIII. Os efeitos das decisões do Tribunal Constitucional

Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular

Os conteúdos programáticos pretendem assegurar a conciliação de momentos de recolha de dados e de informação sobre os temas relevantes e momentos de generalização e teorização.

Metodologias de ensino (avaliação incluída)

Funciona-se em regime de seminário, com apresentação de temas por parte do docente e apresentação de trabalhos nas aulas pelos mestrandos, sobretudo sobre decisões do Tribunal Constitucional, com discussão subsequente.

Conforme previsto no regulamento de avaliação, há uma prova escrita de avaliação final obrigatória, a qual tem o peso de 50% na classificação final da UC.

Os demais elementos de avaliação serão os seguintes: participação nas aulas (12,5%); apresentação oral de trabalho (12,5%); relatório escrito a apresentar até dez dias antes da prova escrita de avaliação (25%). A assiduidade é exigida, de acordo com o Regulamento de Avaliação, não sendo admitidos à prova escrita os alunos que não preencherem o requisito da assiduidade.

Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular

Concilia-se a abordagem teórica e prática das matérias.

Bibliografia

Bibliografia obrigatória

(O regente planeia publicar Manual)

Jorge Miranda, *Fiscalização da Constitucionalidade*, 2.^a ed., Almedina, Coimbra, 2022.

Vitalino Canas, *Os Processos de Fiscalização da Constitucionalidade e da Legalidade pelo Tribunal Constitucional*, Coimbra Editora, Coimbra, 1986.

Vitalino Canas, *Introdução às Decisões de Provimento do Tribunal Constitucional*, AAFDL, Lisboa, 1994.

Bibliografia complementar

Carlos Blanco de Moraes, *Justiça Constitucional - Tomo I - Garantia da Constituição e Controlo da Constitucionalidade*, 2.^a ed., Coimbra Editora, Coimbra, 2007.

Carlos Blanco de Moraes, *Justiça Constitucional - Tomo II*, 2.^a ed., Coimbra Editora, Coimbra, 2011



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Vitalino Canas, "O Ministério Público e a Defesa da Constituição", in Revista do Ministério Público, ano 5, nº 20 (1984).

Vitalino Canas, "Tribunal Constitucional: órgão de estratégia legislativa?", separata da *Revista da Faculdade de Direito de Lisboa*, vol. XXXVIII (1996).

Vitalino Canas, "Os efeitos das decisões do Tribunal Constitucional: a garantia da segurança jurídica, da equidade e do interesse público", in Revista Brasileira de Direito Constitucional, n.º 2 (Jul./Dez. 2003), pp. 225-239.

Vitalino Canas, "O Tribunal Constitucional: órgão de garantia da segurança jurídica, da equidade e do interesse público de excepcional relevo", separata dos Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Armando Marques Guedes, Coimbra, 2004, pp. 107-126.

Vitalino Canas, *O Princípio da Proibição do Excesso na Conformação e no Controlo de Atos Legislativos*, Almedina, Coimbra, 2017 (1.ª reimpressão, 2019).

Bibliografia para aprofundamento de matérias

Carlos Blanco de Moraes (org.), *As sentenças intermédias da justiça constitucional*, AAFDL, Lisboa, 2009.

Cristina Queiroz, *Justiça Constitucional*, Petrony, Lisboa, 2017.

Fernando Alves Correia, *Justiça Constitucional*, Almedina, Coimbra, 2019.

Gilmar Ferreira Mendes, *Controle de inconstitucionalidade*, Saraiva, São Paulo, 1990.

Idem, *Jurisdição Constitucional*, 6.ª ed., Saraiva, São Paulo, 2014.

Gustavo Zagrebelsky, *La Giustizia Costituzionale*, Il Mulino, Bologna, 1977.

Hans Kelsen, "La garantie juridictionnelle de la Constitution (La justice constitutionnelle)", *Revue du Droit public*, 1928, pp. 197- 257.

Jaime Valle, *A Fiscalização Preventiva no Sistema Português de Controlo da Constitucionalidade*, Almedina, Coimbra, 2021.

João Tornada, *A Modificação da Lei Inconstitucional*, Almedina, Coimbra, 2021.

Jorge Reis Novais, *Direitos Fundamentais e Justiça Constitucional*, AAFDL, Lisboa, 2019 (reimpressão).

Idem, *Sistema Português de Fiscalização da Constitucionalidade - Avaliação Crítica*, AAFDL, Lisboa, 2021.

J. J. Gomes Canotilho, *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*, 7.ª ed., Almedina, Coimbra, 2004.

José Manuel Cardoso da Costa, *A Jurisdição Constitucional em Portugal*, 3.ª ed., Coimbra, Almedina, 2019.

José Matos Correia, *Introdução ao Direito Processual Constitucional*, 2.ª ed., Universidade Lusíada Editora, Lisboa, 2021.

Leonardo Martins, *Direito Processual Constitucional Alemão*, 2.ª ed., Editora Foco, Indaiatuba, 2018.

Luís Roberto Barroso, *O controlo da constitucionalidade no Direito Brasileiro*, 8.ª ed., Saraiva, São Paulo, 2019.

Maria Benedita Urbano, *Curso de Justiça Constitucional*, 2.ª ed., Almedina, Coimbra, 2016.

Marcelo Rebelo de Sousa, *O valor jurídico do acto inconstitucional*, Cognitio, Lisboa, 1989.

Paulo Hamilton Siqueira Jr., *Direito Processual Constitucional*, 7.ª ed., Saraiva, São Paulo, 2017.

Paulo Otero, *Ensaio sobre o caso julgado inconstitucional*, Lex, Lisboa, 1993.

Raquel Alexandra Brízida Castro, *Justiça Constitucional em Tempos de Emergência*, Almedina, Coimbra, 2022.

Ricardo Branco, *O efeito aditivo da declaração de inconstitucionalidade com força obrigatória geral*, Coimbra Editora,



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Coimbra, 2010.

Rui Medeiros, *A decisão de inconstitucionalidade*, Universidade Católica Editora, Lisboa, 1999.

Silvia Bagni / Matteo Nicolini, *Justicia constitucional comparada*, CEPC, Madrid, 2021.

Curricular unit sheet

Curricular unit

Constitutional Judicial Review

Responsible Academic staff and respective workload in the curricular unit (enter full name)

Vitalino Canas, 2 hours per week

Other academic staff and respective workloads in the curricular unit

Not applicable

Learning outcomes of the curricular unit

Demonstration of the syllabus coherence with the curricular unit's objectives.

Teaching methodologies (including evaluation)

Demonstration of the coherence between the teaching methodologies and the learning outcomes

Bibliography

Main Bibliography

Jorge Miranda, *Fiscalização da Constitucionalidade*, Almedina, Coimbra, 2017.

Vitalino Canas, *Os Processos de Fiscalização da Constitucionalidade e da Legalidade pelo Tribunal Constitucional*, Coimbra Editora, Coimbra, 1986.

Vitalino Canas, *Introdução às Decisões de Provimento do Tribunal Constitucional*, AAFDL, Lisboa, 1994.

Additional Bibliography



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Carlos Blanco de Moraes, *Justiça Constitucional - Tomo I - Garantia da Constituição e Controlo da Constitucionalidade*, 2.^a ed., Coimbra Editora, Coimbra, 2007.

Carlos Blanco de Moraes, *Justiça Constitucional - Tomo II*, 2.^a ed., Coimbra Editora, Coimbra, 2011

Vitalino Canas, "O Ministério Público e a Defesa da Constituição", in *Revista do Ministério Público*, ano 5, n.º 20 (1984).

Vitalino Canas, "Tribunal Constitucional: órgão de estratégia legislativa?", separata da *Revista da Faculdade de Direito de Lisboa*, vol. XXXVIII (1996).

Vitalino Canas, "Os efeitos das decisões do Tribunal Constitucional: a garantia da segurança jurídica, da equidade e do interesse público", in *Revista Brasileira de Direito Constitucional*, n.º 2 (Jul./Dez. 2003), pp. 225-239.

Vitalino Canas, "O Tribunal Constitucional: órgão de garantia da segurança jurídica, da equidade e do interesse público de excepcional relevo", separata dos Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Armando Marques Guedes, Coimbra, 2004, pp. 107-126.

Vitalino Canas, *O Princípio da Proibição do Excesso na Conformação e no Controlo de Atos Legislativos*, Almedina, Coimbra, 2017 (1.^a reimpressão, 2019).

Bibliography for further research

Carlos Blanco de Moraes (org.), *As sentenças intermédias da justiça constitucional*, AAFDL, Lisboa, 2009.

Cristina Queiroz, *Justiça Constitucional*, Petrony, Lisboa, 2017.

Fernando Alves Correia, *Justiça Constitucional*, Almedina, Coimbra, 2019.

Gilmar Ferreira Mendes, *Controle de inconstitucionalidade*, Saraiva, São Paulo, 1990.

Idem, *Jurisdição Constitucional*, 6.^a ed., Saraiva, São Paulo, 2014.

Gustavo Zagrebelsky, *La Giustizia Costituzionale*, Il Mulino, Bologna, 1977.

Hans Kelsen, "La garantie juridictionnelle de la Constitution (La justice constitutionnelle)", *Revue du Droit public*, 1928, pp. 197- 257.

Jaime Valle, *A Fiscalização Preventiva no Sistema Português de Controlo da Constitucionalidade*, Almedina, Coimbra, 2021.

João Tornada, *A Modificação da Lei Inconstitucional*, Almedina, Coimbra, 2021.

Jorge Reis Novais, *Direitos Fundamentais e Justiça Constitucional*, AAFDL, Lisboa, 2019 (reimpressão).

Idem, *Sistema Português de Fiscalização da Constitucionalidade - Avaliação Crítica*, AAFDL, Lisboa, 2021.

J. J. Gomes Canotilho, *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*, 7.^a ed., Almedina, Coimbra, 2004.

José Manuel Cardoso da Costa, *A Jurisdição Constitucional em Portugal*, 3.^a ed., Coimbra, Almedina, 2019.

José Matos Correia, *Introdução ao Direito Processual Constitucional*, 2.^a ed., Universidade Lusíada Editora, Lisboa, 2021.

Leonardo Martins, *Direito Processual Constitucional Alemão*, 2.^a ed., Editora Foco, Indaiatuba, 2018.

Luís Roberto Barroso, *O controlo da constitucionalidade no Direito Brasileiro*, 8.^a ed., Saraiva, São Paulo, 2019.

Maria Benedita Urbano, *Curso de Justiça Constitucional*, 2.^a ed., Almedina, Coimbra, 2016.

Marcelo Rebelo de Sousa, *O valor jurídico do acto inconstitucional*, Cognitio, Lisboa, 1989.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Paulo Hamilton Siqueira Jr., *Direito Processual Constitucional*, 7.^a ed., Saraiva, São Paulo, 2017.

Paulo Otero, *Ensaio sobre o caso julgado inconstitucional*, Lex, Lisboa, 1993.

Raquel Alexandra Brízida Castro, *Justiça Constitucional em Tempos de Emergência*, Almedina, Coimbra, 2022.

Ricardo Branco, *O efeito aditivo da declaração de inconstitucionalidade com força obrigatória geral*, Coimbra Editora, Coimbra, 2010.

Rui Medeiros, *A decisão de inconstitucionalidade*, Universidade Católica Editora, Lisboa, 1999.

Silvia Bagni / Matteo Nicolini, *Justicia constitucional comparada*, CEPC, Madrid, 2021.